

EIXO TEMÁTICO: Recursos Naturais

FORMA DE APRESENTAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA

RECIFE, DESIGUALDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Virginia Mirtes de Alcântara Silva¹

Carlos Antonio Costa dos Santos²

Resumo

A intensificação da urbanização implicou diretamente na sustentabilidade ambiental, a interação sociedade e natureza marcam os espaços de aglomeração urbana, assim o ambiente urbano pontua nas áreas mais vulneráveis impactos ambientais urbanos, onde os índices de degradação hídrica, do ar e dos solos, às inundações e os deslizamentos de terras são mais acentuados. Uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade, oriundas do modelo de desenvolvimento sócio-econômico que conduziu a urbanização acelerada no Brasil, marcando o espaço urbano pela presença das chamadas “periferias”, áreas ambientalmente vulneráveis. Recife, área de estudo da presente pesquisa, é a metrópole brasileira que apresenta a maior proporção de moradores de favela em sua população. Objetivou-se comparar através do Censo Demográfico 2010, bairros do Recife, pertencente a Região Política Administrativa VI (RPA6) localizada na zona sul da cidade e da RPA3, localizada na zona norte, levando-se em consideração suas principais características tais como: área territorial, a população residente, densidade demográfica, números de domicílios e quantidade de ZEIS instaladas nos bairros. Os resultados demonstram que na RPA6, composta por 28 bairros. O bairro de Brasília Teimosa apresenta uma população residente de 18.334, enquanto que o bairro do Jordão possui uma população residente de 20.777, sendo a diferença um pouco mais de 2.000 habitantes. A densidade demográfica dos dois bairros da RPA6, verifica-se que Brasília Teimosa, Jordão e Cohab possuem respectivamente as maiores densidades demográficas 302,8, 131,49, 157,97. Entretanto, o bairro de Brasília Teimosa, apresenta uma área quatro vezes menor do que a Cohab, o maior dentre esses três. Portanto, o bairro Brasília Teimosa, que é considerada uma ZEIS, possui uma população de 18.334 habitantes em um adensamento horizontal. Na RPA3, composta por 8 bairros. O bairro dos Aflitos apresenta uma população residente de 5.773, enquanto que o bairro da Mangabeira possui uma população residente de 6.950, sendo a diferença um pouco mais de 900 habitantes. Usando como critério a densidade demográfica dos bairros da RPA2, verificamos que Aflitos e Mangabeira, possuem respectivamente as maiores densidades demográficas 187,63 e 240,43. Entretanto, o bairro de Mangabeira, apresenta em sua área parte de Casa Amarela considerada uma ZEIS. Os aspectos elencados acima permitem uma prévia avaliação do processo de urbanização da cidade do Recife, localizadas na RPA6 e RPA3 evidenciando áreas possivelmente vulneráveis em função da alta densidade populacional e baixa atividade econômica, incluindo em seus espaços ainda as ZEIS, como é o caso do bairro de Brasília Teimosa,

¹Doutoranda PPGRN UFCG – Campus Campina Grande, virginia.mirtes2015@mail.com

²Professor do PPGRN/UFCG - Campina Grande, carlostorn@gmail.com

localizada na RPA6, e do bairro de representando uma área de interesse de estudos futuros para diagnósticos de vulnerabilidade social e ambiental, pois permite perceber que exclusão e degradação estão diretamente interligados entre os bairros da RPA6 e RPA3 da cidade de Recife.

Palavras Chave: sustentabilidade, exclusão, degradação

INTRODUÇÃO

A relação entre a natureza e sociedade é marcada por processos históricos concebidos através de uma ligação entre a história natural e a natureza histórica. Nesse sentido, o processo histórico das atividades econômicas marca profundamente o espaço geográfico, determinando as dinâmicas das relações sociais, transformando-o em espaço urbanizado caracterizado pela complexidade entre as relações sociais e econômicas. Santos (2004) destaca ainda que a proximidade física não elimina as distâncias sociais.

A industrialização é um dos principais fatores de transformação do espaço geográfico, a mesma interfere nos fluxos populacionais, reorganiza as atividades nos contextos da sociedade e promove a instrumentalização das diferentes técnicas e meios técnicos que são essenciais para as atividades humanas.

Assim, a organização e o estabelecimento das classes dominantes dentro dessa organização complexa emitem a importância do urbano para o processo capitalista, no passado e atualmente. Assim, a cidade é uma expressão do processo de produção dos seres humanos sob o desenvolvimento da reprodução das relações capitalistas (CARLOS, 2012).

Nesse sentido, Spósito (2000) descreve que:

as transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. (SPÓSITO, p.31).

Nos países de economia periférica como o Brasil, a urbanização se deu de forma rápida e concentrada, resultando em vários problemas socioambientais como a exclusão socioespacial e a degradação dos recursos naturais nas principais regiões metropolitanas e em outras regiões de maior dinâmica econômica.

Maricato (1995) considera que, especialmente nas regiões metropolitanas, esse processo de ocupação do solo concretizou a exclusão socioambiental pela quantidade muito grande de pessoas resultando em um cenário de profundas contradições e desigualdades. Ainda afirma que Recife, área de estudo da presente pesquisa, é a metrópole brasileira que apresenta a maior proporção de moradores de favela em sua população (MARICATO, 1995).

Martínez Alier (1998) afirma que as esferas mais pobres da população são os mais atingidos pela degradação ambiental, pois não podem contar com serviços básicos de estrutura e de saneamento. Logo, as diferentes formas de produção da moradia interferem diretamente no processo de formação das cidades, na expansão do tecido urbano, bem como nos processos de segregação socioespacial.

Segundo Villaça (2001) uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade. Confirmada pelo pensamento de que “É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa cidades que não tenham essas características”. (MARICATO, 2001, p. 51)

Observa-se também que o processo de exclusão socioambiental encontra-se historicamente consolidado na capital pernambucana como em todo o Nordeste brasileiro, determinando a condição de vulnerabilidade, que representa o resultado final das desigualdades de oportunidades, disponibilidades de recursos e serviços de infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde e habitação, ausência de políticas apropriadas para a geração de emprego e renda como também ausência de construção de habitações populares, gerando uma população vulnerável socialmente que se estabelecem em áreas vulneráveis ambientalmente (áreas de riscos, barracos em terrenos instáveis, favelas, áreas de inundação, cortiços e vazios urbanos) construindo-se por fim uma ambiência de riscos.

Segundo o Ministério das Cidades, os fatores que contribuem para o aumento populacional em áreas de risco são a política habitacional ineficiente para a população de baixa renda, a ineficácia dos sistemas de gestão e controle do uso e ocupação do solo, a inexistência de legislação adequada e apoio técnico e assistência para a população (BRASIL, 2007).

Observa-se então, uma enorme diferença entre o desenvolvimento da economia e o crescimento das zonas urbanas, pois reflete um processo de reprodução espacial sem condições mínimas de qualidade de vida para determinadas áreas urbanas gerando uma enorme degradação do ambiente natural.

Nesse sentido, um dos objetivos do desenvolvimento sustentável baseia-se no desenvolvimento social e ambiental, na valorização do espaço unificando os elementos naturais e sociais. Segundo Cavalcanti (2003), sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003).

Assim, o desenvolvimento das cidades representa um desafio para o Brasil, principalmente em suas capitais, pois o aumento da população urbana, com ausência de políticas públicas, eleva ainda mais desigualdades sociais e ambientais. Segundo Maricato (2000), a imagem das cidades brasileiras está definitivamente associada à violência, à poluição, ao tráfego caótico, às enchentes, à desigualdade social, entre tantos outros fatores.

Conforme o Ministério das Cidades (2004: 39),

(...) o modelo de desenvolvimento sócio-econômico que comandou a urbanização acelerada no Brasil produziu cidades fortemente marcadas pela presença das chamadas “periferias”. Dezenas de milhões de brasileiros não tem tido acesso ao solo urbano e à moradia senão através de processos e mecanismos ilegais (...) bem como nas ocupações de áreas públicas, encostas, áreas de preservação, beiras de reservatórios e rios. Todo esse processo foi o resultado de séculos de dominação e apropriação privada das terras/áreas públicas (...)

A cidade do Recife, como as demais metrópoles brasileiras, tem passado por intensas transformações econômicas, sociais e espaciais nos últimos anos. De acordo com o censo demográfico de 2010, a cidade apresenta uma população urbana de 1.537,704

habitantes, representando ainda o terceiro município mais populoso da região Nordeste, onde as áreas de maior concentração da população ainda são as Zonas Sul e Norte com uma densidade populacional de 7.037,61 hab./km².

Recife tem como característica a ocupação em áreas de mangue e também em morros. As situações de precariedade são frutos das intervenções públicas que foram realizadas na cidade durante a segunda metade do século XX, o que reforçou a expansão periférica das áreas urbanas, o que intensificou problemas habitacionais.

Historicamente, a ocupação dos morros pela população menos favorecida intensificou-se a partir da década de 1940, com um aumento significativo nos anos 1960 e no final dos anos 1980. Evidenciava-se uma crise no acesso a moradia mostrando ineficácia das políticas públicas habitacionais. A ocupação irregular e precária de áreas alagadiças e de morros tornou-se a solução habitacional para grande parte da população (RECIFE, 2009).

Castilho (2011) afirma que a cidade do Recife possui desigualdades que são expressas na medida em que seu patrimônio histórico e natural foi depreciado com a intenção de trazer a modernidade às malhas viárias para admitir à interesses econômicos.

De acordo com o Plano Diretor (2004), no artigo 17, “As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS – “são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária”¹. As ZEIS do Recife são referência no país, tanto que foram adotadas em vários municípios com várias denominações e também em vários tipos de assentamentos, abrangendo assim outras comunidades como cortiços e favelas.

O contexto da dispersão do ZEIS ocorreu durante as discussões sobre a Reforma Urbana, em meados dos anos 80, período em que a democracia no Brasil se restabelecia. As desigualdades socioespaciais foram temas de debates, o que acarretou a propostas de novos mecanismos urbanos e jurídicos de regulação visando os princípios da função social e espacial.

Uma pequena parcela dos mecanismos foi acatada pela Constituição Federal de 1988 e prevista nos Planos Diretores Municipais na década de 1990. Com o Estatuto da cidade, grande parte desses mecanismos foi incluída na nova geração de Planos Diretores Municipais, porém sem a devida regulamentação na maioria das cidades.

Os esforços pela estabilização dos assentamentos, principalmente os precários, são, ao mesmo tempo, fundamentais para a proteção de vulneráveis em relação ao mercado e deveriam objetivar o Direito à Cidade e trazer alternativas à mercantilização dos espaços urbanizados. Nesse contexto, Maricato (2002) afirma que o direito a invasão é até admitido, mas não o direito a cidade.

Assim, objetivou-se comparar através do Censo Demográfico 2010, bairros do Recife, pertencente a Região Político Administrativa VI (RPA6) localizada na zona sul da cidade e da RPA3, levando-se em consideração suas principais características tais como: área territorial, a população residente, densidade demográfica, números de domicílios e quantidade de ZEIS instaladas nos bairros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de estudo

O município de Recife, capital do Estado de Pernambuco, localiza-se nas coordenadas geográficas de 8° 04' 03" S de latitude e 34° 55' 00" W de longitude, com altitude de 4 m. Situa-se no litoral nordestino e ocupa uma posição central, a 800 km das outras duas metrópoles regionais, Salvador e Fortaleza, disputando com elas o espaço estratégico de influência na Região. Limita-se ao norte com as cidades de Olinda e Paulista, ao sul com o município de Jaboatão dos Guararapes, a oeste com São Lourenço da Mata e Camaragibe, e a leste com o Oceano Atlântico. (Figura 1).

Figura 1 – Localização espacial do Estado de Pernambuco destacado no mapa do Brasil, com identificação da Região Metropolitana do Recife (RMR) e do município do Recife.- PE.

Fonte: Silva,2016

A cidade do Recife é composta por 94 bairros bastante heterogêneos, tanto em questões sociais quanto econômicas. Em termos de distribuição espacial, observa-se na Fig. 02 a caracterização geral da cidade com 94 bairros subdivididos através das suas seis Regiões Político-Administrativas – RPA's (Figura 4), a saber: RPA 1 - Centro: 11 bairros; RPA 2 - Norte: 18 bairros; RPA 3 - Noroeste: 29 bairros; RPA 4 - Oeste: 12 bairros; RPA 5 - Sudoeste: 16 bairros; RPA 6 - Sul: 8 bairros; e 66 Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

Fig.2 - Localização Espacial das Regiões Políticas Administrativas de Recife (RPA's)

Fonte: A autora.

Fig.3 - localização espacial da RPA6 e RPA3

Fonte: a autora

Do ponto de vista de sua extensão, a cidade possui uma área aproximada de 218.435km², em 2000 sua população era de 1.422.905 habitantes e atualmente possui uma população estimada em 2016 de 1.625.583 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 7.039,64 hab/km², representa 7,2% da área metropolitana e concentra 41,6 % dos habitantes dessa região. (IBGE,2010)

A composição da área territorial é formada por Morros (67,43%), Planícies (23,26%) e zonas Aquáticas (9,31%), destacando-se dentro destas áreas as Zonas Especiais de Preservação Ambiental – ZEPA (5,58%) e a extensão de praia de 8,6 km. Observa-se que a cidade está inserida em uma malha urbana heterogênea, evidenciando uma segregação socioespacial, diferentes classes sociais e diferentes malhas de divisões territoriais que evidenciam tensões sociais dentro de um mesmo espaço. Assim, as 66 ZEIS estão disseminadas pelo espaço urbano. Frente à existência de 490 favelas, representando 15% da área total do município e 25% da área ocupada, as ZEIS agregam cerca de 80% delas, revelando a necessidade de encarar o problema social (PREFEITURA DO RECIFE, 2009).

Fig.4 - localização das ZEIS do Recife

Fonte: a autora

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A Região Político Administrativa VI (RPA6) - Fig.3, é composta pelos bairros: Boa Viagem; Brasília Teimosa; Imbiribeira; Ipsep; Pina; Ibura; Jordão; Cohab.

De acordo com a Tabela 1, pelos dados fornecidos pela Prefeitura de Recife, a RPA6
Tabela 1 - Principais bairros da RPA6 do Recife

Fonte: IBGE(2010)

De acordo com a Tabela 1, Brasília Teimosa apresenta uma população residente de 18.334, enquanto que o bairro do Jordão possui uma população residente de 20.777, sendo a diferença um pouco mais de 2.000 habitantes. Usando como critério a densidade demográfica dos bairros da RPA6, verificamos que Brasília Teimosa, Jordão e Cohab possuem respectivamente as maiores densidades demográficas 302,8, 131,49, 157,97. Entretanto, o bairro de Brasília Teimosa, apresenta uma área quatro vezes menor do que a Cohab, o maior dentre esses três. Portanto, o bairro Brasília Teimosa, que é considerada uma ZEIS, possui uma população de 18.334 habitantes em um adensamento horizontal.

A Região Político Administrativa VI (RPA3) - Fig.4, A Região Político Administrativa III (RPA3) representados na Tabela 2, é composta pelos bairros: Aflitos; Alto do Mandu; Alto José Bonifácio; Alto José do Pinho; Apipucos; Brejo da Guabiraba; Brejo de Beberibe; Casa Amarela; Casa Forte; Córrego do Jenipapo; Derby; Dois Irmãos; Espinheiro; Graças; Guabiraba; Jaqueira; Macaxeira; Monteiro; Nova Descoberta; Parnamirim; Passarinho; Pau-Ferro; Poço da Panela, Santana; Sítio dos Pintos; Tamarineira; Mangabeira; Morro da Conceição; Vasco da Gama.

Fig.4 - Região Político Administrativa 3 (RPA3)

Fonte: A autora

Tabela 2 - Principais bairros da RPA3 do Recife

Fonte: IBGE(2010)

De acordo com a Tabela 2, Aflitos apresenta uma população residente de 5.773, enquanto que o bairro da Mangabeira possui uma população residente de 6.950, sendo a diferença um pouco mais de 900 habitantes. Usando como critério a densidade demográfica dos bairros da RPA2, verificamos que Aflitos e Mangabeira, possuem respectivamente as maiores densidades demográficas 187,63 e 240,43. Entretanto, o bairro de Mangabeira, apresenta em sua área parte de Casa Amarela considerada uma ZEIS.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade urbana depende de um amplo planejamento, principalmente em Recife, pois o processo histórico das atividades econômicas construiu uma relação conflituosa com os ecossistemas locais, apresentando quadros de degradação social e ambiental, dos quais existem uma complexidade para enfrentá-los. Os aspectos elencados acima permitem uma prévia avaliação do processo de urbanização da cidade do Recife, localizadas na RPA6 e RPA3 evidenciando áreas possivelmente vulneráveis em função da alta densidade populacional e baixa atividade econômica, incluindo em seus espaços ainda as ZEIS, como é o caso do bairro de Brasília Teimosa, localizada na RPA6, e do bairro de representando uma área de interesse de estudos futuros para diagnósticos de vulnerabilidade social e ambiental, pois permite perceber que exclusão e degradação estão diretamente interligados entre os bairros da RPA6 e RPA3 da cidade de Recife.

5. BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios. Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.

CARLOS, Ana. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

CASTILHO, Cláudio. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “ cidade à Acumulação de capital de capital ‘ e da “cidade à realização plena da vida humana”! *ACTA. Geográfica*, Boa Vista, v. 5. n. 10 Jul/Dez. de 2011a. p. 95-113

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. **Acesso em 15.julho de 2017**

MARICATO, E. A. *Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental*. Brasília, PNUD e Ministério das Relações Exteriores, 1995.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

MARTÍNEZ ALIER, J. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.

RECIFE. *Moradia é central: Inclusão, acesso e direito à cidade*. 2009. Disponível em: <http://www.moradiacentral.org.br/index.php?mpg=08.03.00>. Acesso em: 04 de julho de 2017

RIBEIRO, L. C. de. Q. (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 1988

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.